



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7131

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

**Autoria:** Raimundo Pereira da Silva

**Data:** 01/03/2005

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2005. (RETIRADO). Institui o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso e Portadores de Deficiência Física e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 27.4    **Posição:** 32    **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Genéricas  
Cl.: 27.4  
Ordem: 32  
nº fls: 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2005

AUTOR:

VEREADOR : RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA

ASSUNTO:

Institui o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso e

Portadores de Deficiência Física e dá outras providências.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 01/03/2005
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - *RETIRADO DE TRAMITAÇÃO 17-03-2005*
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO DO INPS

*As Comiss...*  
*01.03.2005*

## **Institui o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso e Portadores de Deficiência Física e dá outras providencias.**

A Câmara Municipal de Montes Claros /MG aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso e Portadores de Deficiência Física, destinado a atender a pessoa Idosa e deficiente em seu próprio domicílio, a fim de suprir suas necessidades de saúde.

Parágrafo Único - O programa que se trata o "Caput" deste artigo será coordenado, acompanhado, controlado e avaliado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - O programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso e Portadores de Deficiência Física terão como beneficiaria pessoas que não tenham condições próprias de subsistência, que necessitem de cuidados médicos e cuja renda familiar mensal seja inferior a 03 (Três) salários mínimos.

Artigo 3º - O Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso e Portadores de Deficiência Física será desenvolvido, no âmbito do município, por equipes multidisciplinares constituídas, a critério da Secretaria de Saúde.

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
24/02/2005	
HORA: 9:40h	
ASS: <i>[Signature]</i>	

*Raimundo Pereira da Silva*  
(Raimundo do INPS)  
VEREADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 02 DE MAIO DE 2005  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE SAÚDE  
\_\_\_\_\_  
EM 02 DE MAIO DE 2005  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

Projeto ilegal  
e inconstitucional  
A. Silva  
Nunha de Almeida  
per





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO DO INPS

Artigo 4º - Os procedimentos a serem adotados para o atendimento domiciliar ao idoso e deficiente físico serão estabelecidos através de regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Artigo 5º - A critério da equipe multidisciplinar, o idoso e deficiente físico dependente será encaminhado para tratamento hospitalar.

Artigo 6º - Os recursos financeiros a implantação e a manutenção do programa que se trata esta Lei serão incluído no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 22 de Fevereiro de 2005.

  
*Raimundo Pereira da Silva*  
(Raimundo do INSS)  
VEREADOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2005 QUE “ Institui o programa de atendimento domiciliar ao idoso e portadores de deficiência física e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Raimundo Pereira da Silva.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento cria o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso e Portadores de Deficiência Física, sendo *destinado a atender a pessoa idosa e deficiente em seu próprio domicílio, a fim de suprir suas necessidades de saúde*. E ainda o que o programa que se trata o Caput do artigo será coordenado, acompanhado, controlado e avaliado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Primeiramente, deve-se mencionar que a referida proposição fere e contraria o disposto no art. 51, inc. III, da LOM, pois: São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública.

Em outro momento, releva destacar, que a matéria objeto da iniciativa encontra-se amparada pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreende o *acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação*.


Ademais, a competência para instituir Programa é do Executivo Municipal e não do Legislativo, conforme consignado na própria LOM.

Desse modo, o Poder Legislativo por meio da proposição em epígrafe, estaria se antecipando ao Chefe do Poder Executivo, invadindo o campo da discricionariedade do Executivo para a disciplina da matéria.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 04 de março de 2005.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Técnico Legislativo  
OAB/MG 78.605